

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Departamento de Relações Internacionais

Faculdade de Ciências Sociais



NATHALIA RIBEIRO ALVARENGA

**Legacy. What is a Legacy? - As contribuições de Alexander Hamilton para a diplomacia econômica dos Estados Unidos**

São Paulo

2025

NATHALIA RIBEIRO ALVARENGA

**Legacy. What is a Legacy? - As contribuições de Alexander Hamilton para a diplomacia econômica dos Estados Unidos**

Trabalho de Conclusão de Curso pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientador: Rodrigo Augusto Duarte Amaral

São Paulo

2025

## RESUMO

Este projeto investiga a diplomacia econômica dos Estados Unidos a partir das contribuições de Alexander Hamilton, analisando como suas estratégias financeiras e políticas moldaram não apenas a nascente república americana, mas também legados que persistem na política econômica contemporânea. Em um cenário global marcado por tensões entre protecionismo e multilateralismo, a figura de Hamilton ganha nova relevância, oferecendo insights para entender desde guerras comerciais até o uso de instrumentos financeiros como ferramentas de poder geopolítico. O estudo explora como a gestão inovadora da dívida pública, a criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos e a defesa de políticas industriais protecionistas não apenas estabilizaram o país após a independência, mas também estabeleceram um modelo de Estado economicamente ativo – um contraponto ao liberalismo de seus contemporâneos. Essa abordagem, que vinculava desenvolvimento interno a projeção internacional, ecoa hoje em debates sobre a autonomia econômica das nações e os limites da globalização. Mais do que um exercício histórico, a pesquisa busca demonstrar como os princípios hamiltonianos – como a visão da dívida como instrumento de crescimento e a ênfase na autossuficiência estratégica – continuam a influenciar a diplomacia econômica dos EUA em um mundo em transformação. Ao conectar essas ideias do século XVIII aos desafios do século XXI, o trabalho ilumina as raízes de práticas contemporâneas, desde sanções econômicas até disputas por hegemonias tecnológicas, revelando por que o legado de Hamilton permanece uma chave para compreender os dilemas da governança global atual.

**Palavras-Chave:** Diplomacia econômica, Alexander Hamilton, sistema financeiro dos EUA.

## ABSTRACT

*This project examines the economic diplomacy of the United States through the contributions of Alexander Hamilton, analyzing how his financial and political strategies shaped not only the early American republic but also enduring legacies in contemporary economic policy. In today's global landscape—marked by tensions between protectionism and multilateralism—Hamilton's ideas gain renewed relevance, offering insights into modern challenges, from trade wars to the use of financial tools as instruments of geopolitical power. The study explores how Hamilton's innovative management of public debt, the creation of the First Bank of the United States, and his advocacy for protective industrial policies not only stabilized the post-independence economy but also established a model of an economically active state—a counterpoint to the liberalism of his contemporaries. This approach, which linked domestic development to international influence, resonates in current debates about national economic sovereignty and the limits of globalization. Beyond historical analysis, this research demonstrates how Hamiltonian principles—such as viewing debt as a growth tool and emphasizing strategic self-sufficiency—continue to influence U.S. economic diplomacy in a transforming world. By connecting 18th-century ideas to 21st-century challenges, the study illuminates the roots of contemporary practices, from economic sanctions to struggles for technological dominance, revealing why Hamilton's legacy remains key to understanding today's global governance dilemmas.*

**Keywords:** *Economic diplomacy, Alexander Hamilton, U.S. financial system.*

## Agradecimentos

Se há algo mais complexo que todo um Trabalho de Conclusão de Curso, são estes agradecimentos. Como conciliar em palavras o que quatro anos de graduação significam?

Minha mãe costumava ouvir uma estação de rádio cujo bordão ecoava: "Em 15 minutos, tudo pode mudar". Hoje, olhando para trás, penso no quanto uma vida pode se transformar em quatro anos. Por isso, meus primeiros agradecimentos vão às constantes que me ancoraram nessa jornada:

À minha mãe, **Karen**, pelo apoio inesgotável — mesmo nos dias em que a paciência escasseava, sua certeza de que "tudo daria certo" me ensinou a respirar fundo e seguir.

Ao meu melhor amigo e namorado, **Daniel**, companheiro de todas as horas, que me mostrou a leveza necessária para não desistir — e a coragem para experimentar novas composições, seja nos jogos, seja nas palavras que teceram meus trabalhos acadêmicos.

Ao **Koda**, meu cachorrinho amado, eterno supervisor de todas as madrugadas de escrita, sempre a postos para consolar (ou cobrar sua taxa em pipocas).

E, claro, ao **Cast Recording de Hamilton**, trilha sonora que me acompanhou muito antes da faculdade e certamente ecoará muito depois dela.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu orientador, **Rodrigo**, que trouxe clareza desde o primeiro dia e transformou este processo em algo não apenas possível, mas surpreendentemente humano.

Por fim, às amizades que vieram e se foram durante esses anos: obrigado por me ensinarem sobre segundas chances — lição que, confesso, ainda estou aprendendo a praticar (e que, como bem sabe meu objeto de estudo, Alexander Hamilton, pode ser a diferença entre um legado e um adeus precoce).

## **SUMÁRIO**

**Legacy. What is a Legacy? - As contribuições de Alexander Hamilton para a diplomacia econômica dos Estados Unidos**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. ECONOMIA, POLÍTICA E DIPLOMACIA: Explorando o Legado de Hamilton.....</b>	<b>11</b>
<b>2. A Relevância do Legado de Hamilton e a Diplomacia Econômica dos EUA.....</b>	<b>16</b>
<b>3. Hamilton e a Consolidação Econômica dos EUA.....</b>	<b>18</b>
<b>4. A Diplomacia Econômica de Hamilton em Perspectiva Internacional.....</b>	<b>21</b>
<b>5. A Lacuna Teórica: Hamilton e o Sistema Internacional Contemporâneo.....</b>	<b>24</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	



## INTRODUÇÃO

A diplomacia econômica dos Estados Unidos, reconhecida como uma força motriz de sua influência global, tem raízes profundas nas visões e políticas de seus fundadores. Entre eles, Alexander Hamilton se destaca como uma figura central nesse processo. Suas contribuições foram fundamentais para estabilizar a nação recém-formada após a Revolução Americana e estabelecer princípios que ainda ressoam na política econômica contemporânea. Em um contexto de crise extrema - com dívidas de guerra que totalizavam US\$79 milhões (equivalente a 40% do PIB da jovem nação) e uma confiança internacional inexistente (McCraw, 2012) -, Hamilton implementou medidas revolucionárias que não apenas resolveram emergências imediatas, mas criaram as bases para o poder econômico americano. Como observa Walter Russel Mead (2001), Hamilton inaugurou uma tradição na política externa americana, caracterizada por um pragmatismo econômico e uma visão estratégica que priorizava o fortalecimento do Estado-nação. Essa tradição, que contrasta com o idealismo multilateralista posteriormente associado ao wilsonianismo, permanece fundamental para compreender as dinâmicas da política externa dos EUA ao longo da história. Essa visão é corroborada por autores como John Lamberton Harper (2004), que destaca o pragmatismo de Hamilton como um marco na política externa americana, e Forrest McDonald (1979), que enfatiza a influência duradoura de suas ideias na construção de um Estado forte e economicamente autossuficiente. Seu legado se manifesta em três dimensões principais: (1) a criação de um sistema de crédito público que atraiu investidores estrangeiros e estabilizou a moeda; (2) o estabelecimento de tarifas protecionistas (de até 15%) que permitiram o desenvolvimento industrial americano; e (3) a visão da dívida pública não como fardo, mas como instrumento de soberania nacional - uma inovação radical para a época (Gordon, 1997; Bairoch, 1993).

No entanto, este legado não é isento de críticas. Como aponta Perry Anderson (2013), o "sistema *Hamilton-Wall Street*" criou as bases para uma ordem financeira global desigual, onde a centralização do poder econômico beneficiou principalmente as elites. Ha-Joon Chang (2002) acrescenta que enquanto Hamilton defendia políticas protecionistas para os EUA, essas mesmas estratégias foram negadas a países em desenvolvimento no século XX, revelando um duplo padrão na governança econômica internacional. Naomi Klein (2007) vai além, argumentando que o modelo de Estado forte de Hamilton abriu precedentes para o que ela chama de "capitalismo de desastre", onde crises são aproveitadas para impor reformas antidemocráticas. Contudo, como ressalta Parkinson (2015), o pragmatismo hamiltoniano também oferece ferramentas para reformar instituições globais de modo mais inclusivo -



desde que reinterpretado à luz das assimetrias contemporâneas. Essa tensão entre críticas e potencialidades é central para entender por que, mais de dois séculos depois, o legado de Hamilton permanece um "campo de disputa" (Anderson, 2013) - não um monumento estático, mas um diálogo inacabado sobre soberania e justiça econômica.

Para desvendar esse legado multifacetado, a estrutura deste trabalho foi organizada em cinco eixos interligados. O primeiro capítulo, Economia, Política e Diplomacia: Explorando o Legado de Hamilton, estabelece as bases conceituais que permeiam toda a análise, demonstrando como Hamilton entrelaçou essas três dimensões de modo indissociável - uma abordagem que ecoa na afirmação de McDonald (1979) sobre a "organicidade" de seu projeto nacional. Já A Relevância do Legado de Hamilton e a Diplomacia Econômica dos EUA (capítulo 2) explicita a tensão histórica entre o modelo hamiltoniano e o wilsoniano, justificando por que essa dicotomia permanece central para entender desde as políticas do século XVIII até as atuais disputas sobre globalização, como bem capturado na pergunta-guia "*Legacy. What is a Legacy?*".

Como primeiro Secretário do Tesouro, Hamilton desempenhou um papel crucial na construção das bases do sistema financeiro do país. Ele organizou a coleta de impostos e gerenciou as finanças públicas, ações que garantiram a credibilidade do novo governo em um período de incerteza. Seu trabalho estabeleceu um modelo que moldou as futuras práticas financeiras e ajudou a consolidar a confiança da população nas instituições emergentes. Essas inovações são minuciosamente dissecadas no capítulo Hamilton e a Consolidação Econômica dos EUA, que, fundamentado em Chernow (2004) e em documentos como os *Federalist Papers*, revela como medidas aparentemente técnicas - da federalização da dívida à criação do Primeiro Banco - eram na verdade peças de um projeto político maior: construir um Estado capaz de atuar com autonomia no cenário internacional. A posição desse capítulo após os fundamentos teóricos (capítulos 1 e 2) não é acidental - reflete a convicção metodológica de que só se pode avaliar o impacto diplomático de Hamilton após compreender seus alicerces domésticos, tal como enfatizado por Harper (2004).

Além de suas contribuições financeiras, Hamilton fundou o Primeiro Banco dos Estados Unidos, que atuou como um catalisador para a centralização das finanças. Esse banco facilitou o comércio e regulou a moeda, estabelecendo um ambiente propício ao crescimento econômico. As ações de Hamilton foram fundamentais para robustecer o sistema financeiro, moldando a economia capitalista que conhecemos hoje. Essa visão de interdependência entre finanças e poder é explorada no capítulo A Diplomacia Econômica de Hamilton em Perspectiva Internacional, onde se demonstra como seu protecionismo (analisado no Relatório

sobre Manufaturas) e sua gestão da dívida pública, longe de serem políticas isoladas, criaram as condições para os EUA emergirem como ator global - uma tese que Gordon (1997) sintetiza ao descrever a dívida como "ferramenta geopolítica". A escolha por abordar essas implicações internacionais apenas após examinar as políticas domésticas segue a própria lógica hamiltoniana: como ele argumentou no *Federalist Paper* nº 11, a força externa deriva da coesão interna.

Embora a maioria das análises sobre Hamilton se concentre em suas contribuições domésticas, suas ideias também possuem implicações significativas para o sistema internacional. O capítulo final, A Lacuna Teórica: Hamilton e o Sistema Internacional Contemporâneo, retoma essa premissa para responder a um desafio central do trabalho: como aplicar o pragmatismo hamiltoniano a um mundo multipolar marcado por instituições multilaterais? Aqui, a estrutura do TCC revela sua originalidade - ao reservar esse debate para o último ato, o estudo evita anacronismos e, em vez disso, propõe uma releitura fundamentada nas contradições já mapeadas nos capítulos anteriores (como o embate Hamilton-Wilson) e em autores como Parkinson (2015), que enxergam no século XVIII insights para o século XXI. Essa abordagem crítica é particularmente relevante para entender como o legado de Hamilton pode ser tanto uma fonte de soluções quanto de problemas na governança econômica contemporânea, especialmente em um contexto de crescentes desigualdades globais e desafios multilaterais. Se, como questiona a pergunta-guia, "*What is a Legacy?*", a resposta talvez esteja justamente nessa capacidade de gerar debates permanentes - onde cada época reinterpreta Hamilton à luz de suas próprias urgências.

Esta revisão bibliográfica tem como objetivo aprofundar a compreensão das contribuições de Alexander Hamilton para a diplomacia econômica dos Estados Unidos, explorando como suas políticas não apenas moldaram o sistema econômico doméstico, mas também definiram a posição do país no cenário internacional. A ordenação dos capítulos - da teoria à prática, do nacional ao global - espelha assim o próprio movimento do pensamento hamiltoniano: um projeto que, como atesta Mead (2001), jamais separou o desenvolvimento interno da projeção externa, e cuja relevância para a diplomacia econômica contemporânea só se revela quando se compreende essa totalidade.

## **1. Economia, Política e Diplomacia: Explorando o Legado de Hamilton**

A biografia Alexander Hamilton, de Ron Chernow (2004), oferece uma análise abrangente da vida e das contribuições de Hamilton, explorando como suas ideias sobre a dívida pública, a criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos e a promoção da industrialização formaram as bases de um sistema financeiro vigoroso. Além de Chernow (2004), outras obras, como *Hamilton's Blessing*, de John Steele Gordon (1997), *Founding Finance*, de William Hogeland (2012), e *US Economic Diplomacy: A View from Afar*, de Martin Parkinson (2015), oferecem perspectivas valiosas que complementam essa narrativa, examinando a interconexão entre finanças, política e sociedade ao longo da história americana. Cada autor destaca diferentes aspectos do legado de Hamilton, desde a gestão da dívida nacional até os desafios contemporâneos da diplomacia econômica.

Para ampliar essa discussão, este capítulo também incorpora as contribuições de Andrew Shankman (2003), Richard D. White Jr. (2000) e Franklin Kalinowski (2016), que exploram dimensões adicionais do pensamento hamiltoniano, como seu impacto na democratização da economia política, no desenvolvimento do Estado administrativo e até mesmo em questões ambientais.

Conforme Chernow (2004), a biografia não apenas narra a vida de Hamilton, mas também explora suas contribuições fundamentais para a diplomacia econômica dos Estados Unidos. Enfrentando um cenário econômico devastado pela Revolução Americana, Hamilton teve de estabelecer a credibilidade financeira de um novo governo em um contexto onde a confiança era essencial para a coesão nacional. Um dos principais desafios foi a dívida acumulada durante a Revolução, que ameaçava tanto a estabilidade econômica quanto a integridade da nova nação. Em resposta, ele propôs a assunção da dívida nacional e a consolidação das dívidas estaduais, um passo audacioso que buscava criar um senso de unidade e responsabilidade financeira. Essa proposta foi crucial para estabelecer a credibilidade do governo federal, promovendo a ideia de que a dívida poderia ser administrada de forma responsável, transformando-se em um ativo que uniria os estados sob uma identidade financeira comum. Segundo o autor "A dívida, se bem administrada, poderia ser um instrumento de unidade nacional, transformando credores em aliados do novo governo" (CHERNOW, 2004, p. 320). Chernow (2004) detalha como Hamilton introduziu a emissão de títulos do governo como estratégia para financiar essa dívida. Essa iniciativa não apenas levantou os fundos necessários, mas também criou um mercado financeiro robusto que atraiu investidores. A emissão de títulos permitiu ao governo mobilizar recursos de forma eficaz, estabelecendo uma nova maneira de financiar operações governamentais, o que ajudou

a criar um ambiente propício ao crescimento econômico. Essa abordagem inovadora transformou a dívida em um capital que poderia ser utilizado para estimular a estabilidade.

Um marco significativo da visão econômica de Hamilton foi a criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos em 1791. Como destaca Chernow (2004) descreve como esse banco atuava como depositário das receitas do governo, facilitava a emissão de moeda e prestava empréstimos que estabilizaram a economia e fomentaram o comércio. A criação do banco gerou controvérsias, especialmente entre Hamilton e seus opositores, como Thomas Jefferson e os jeffersonianos, que defendiam uma interpretação estrita da Constituição e uma economia baseada na agricultura. Jefferson e seus aliados viam o banco como uma ameaça à liberdade individual e aos direitos dos estados, argumentando que ele concentrava poder demais nas mãos do governo federal. Como Jefferson afirmou em uma carta a George Washington em 1791: "A instituição de um banco nacional é uma medida que, em minha opinião, não é autorizada pela Constituição e é contrária ao espírito de liberdade que deve guiar nossa república." (JEFFERSON, 1791). Essa divisão ideológica não apenas refletia diferentes visões sobre o futuro econômico dos Estados Unidos, mas também moldou a prática da diplomacia econômica. Posteriormente, os jacksonianos, liderados por Andrew Jackson, continuariam essa oposição ao centralismo financeiro de Hamilton, culminando na extinção do Segundo Banco dos Estados Unidos em 1836. Jackson, em seu discurso de veto ao banco em 1832, declarou: "É lamentável que os ricos e poderosos frequentemente distorcem os atos do governo para seus próprios fins egoístas. O banco é uma instituição que beneficia poucos à custa de muitos." (Jackson, 1832).

Esses modelos alternativos, embora contrários ao legado hamiltoniano, influenciaram a política econômica dos EUA e contribuíram para a tensão entre centralização e descentralização que persiste até hoje. Como observa William Hogeland em *Founding Finance*:

"A oposição de Jefferson e Jackson ao sistema financeiro de Hamilton não era apenas uma questão de política, mas uma batalha pela alma da nação, entre aqueles que viam o governo federal como um instrumento de progresso e aqueles que o viam como uma ameaça à liberdade." (Hogeland, 2012, p. 145).

Além de sua relevância no cenário doméstico, o legado de Hamilton também se conecta ao sistema internacional. Suas ideias sobre autossuficiência e pragmatismo econômico ofereceram uma base para que os Estados Unidos construíssem um modelo de liderança econômica global que, em muitos aspectos, se distancia das premissas wilsonianas. Enquanto Wilson promoveu a integração econômica internacional e a cooperação multilateral, Hamilton via uma economia sólida e protecionista como a principal ferramenta de poder

nacional. Essa tensão entre visões hamiltonianas e wilsonianas continua a influenciar debates sobre o papel dos Estados Unidos no sistema internacional contemporâneo.

Hamilton reconheceu a importância da industrialização como parte de sua visão econômica. Em seu Relatório sobre Manufaturas, o Primeiro Secretário do Tesouro escreveu:

"A tendência de um banco nacional é para aumentar o crédito público e privado. O primeiro dá poder ao Estado, para a proteção dos seus direitos e interesses, e o segundo facilita e aumenta as operações comerciais entre indivíduos. A indústria aumenta, os materiais multiplicam-se, a agricultura e a manufatura florescem: e nisto consiste a verdadeira riqueza e prosperidade de um estado." (HAMILTON, 1790).

Ele propôs tarifas sobre produtos importados para proteger as indústrias emergentes da concorrência estrangeira, enfatizando que a autossuficiência era vital para a segurança e prosperidade do país. Ao sugerir subsídios para indústrias estratégicas, Hamilton estava ciente de que o desenvolvimento industrial era crucial para o crescimento econômico a longo prazo. Essa perspectiva não apenas reforçou a necessidade de um setor industrial robusto, mas também teve implicações para a diplomacia econômica, uma vez que a capacidade do país de se tornar autossuficiente poderia influenciar sua posição nas relações comerciais internacionais.

O legado econômico de Hamilton é profundo e duradouro. As políticas que ele implementou estabeleceram as bases do capitalismo americano, moldando práticas financeiras que ainda influenciam os Estados Unidos. Chernow (2004) mostra como as ideias de Hamilton sobre finanças, crédito e mercados continuam a ressoar na economia moderna. Sua biografia não é apenas uma análise da vida de Hamilton, mas também uma reflexão sobre o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e a maneira como suas ideias moldaram a diplomacia econômica do país.

Em *Hamilton's Blessing: The Extraordinary Life and Times of Our National Debt*, Gordon (1997) oferece uma análise igualmente rica da dívida nacional, traçando suas origens até as inovações de Hamilton. O autor argumenta que, longe de ser um fardo, a dívida pode ser vista como uma ferramenta de crescimento e estabilidade econômica. Ele contextualiza a situação econômica dos EUA no final do século XVIII, quando Hamilton enfrentou uma dívida significativa resultante da Revolução Americana. Transformar a dívida em um ativo foi uma estratégia inovadora que ajudou a estabelecer a credibilidade financeira da nação.

A introdução do sistema de títulos públicos não apenas levantou fundos essenciais, mas também criou um mercado financeiro que estimulava o investimento. Esse sistema não apenas moldou o desenvolvimento econômico interno, mas também posicionou os Estados Unidos como um modelo para a construção de mercados financeiros internacionais. Gordon

(1997) destaca como as ideias de Hamilton influenciaram práticas que, mais tarde, seriam adaptadas para financiar projetos multilaterais e sistemas globais de crédito.

William Hogeland (2012), em *Founding Finance: How Debt, Speculation, Foreclosures, Protests, and Crackdowns Made Us a Nation*, oferece uma perspectiva intrigante sobre as complexas interações entre finanças e política durante a formação dos Estados Unidos. O autor descreve como a economia americana quase colapsou devido à enorme dívida de guerra e à falta de um sistema financeiro estável. Hogeland argumenta que as dificuldades econômicas e as tensões relacionadas à dívida foram fatores motivadores para a revolta contra a Grã-Bretanha. Ele observa que, durante os anos finais da Revolução, a guerra havia deixado uma massa de dívidas pesadas e imprevisíveis, o que tornou a situação financeira ainda mais explosiva. Isso ilustra a conexão entre os problemas econômicos e os movimentos de resistência, mostrando que a luta pela independência estava profundamente enraizada nas condições financeiras e nas dificuldades enfrentadas pelos colonos. O descontentamento com a exploração financeira, junto com a pressão de credores e especuladores, alimentou um clima de descontentamento que culminou na luta pela independência.

Hogeland (2012) também discute o impacto das crises financeiras na formação das políticas econômicas iniciais dos Estados Unidos. As tensões geradas por essas crises moldaram a resposta do governo federal, que buscou estabilizar a economia através de medidas como a criação de um banco central e a regulamentação das finanças. Essa regulamentação, ao mesmo tempo em que foi um marco na história doméstica, preparou o terreno para que os EUA exercessem influência econômica em negociações internacionais, criando padrões de governança financeira que impactaram os acordos globais.

Finalmente, Parkinson (2015), em *US Economic Diplomacy: A View from Afar*, de Martin Parkinson, explora o papel central da diplomacia econômica dos EUA no contexto global. O autor analisa a evolução da política econômica americana, destacando os instrumentos usados para moldar a ordem internacional, como tratados comerciais, sanções e políticas de crédito. Ele conecta os fundamentos hamiltonianos a práticas contemporâneas, sugerindo que o modelo de Hamilton oferece lições valiosas para repensar o papel dos EUA em um mundo multipolar.

Parkinson (2015) argumenta que o legado de Hamilton, ao ser comparado com o modelo liberal wilsoniano, oferece uma base sólida para a reestruturação das instituições globais. Ele discute como as ideias hamiltonianas de robustez financeira e autossuficiência podem ser adaptadas para responder às falhas de governança global, sugerindo uma

abordagem mais pragmática para lidar com os desafios de um sistema internacional em transformação (Parkinson, 2015).

As obras de Chernow (2004), Gordon (1997), Hogeland (2012) e Parkinson (2015) revelam diferentes dimensões desse legado, destacando como as inovações de Hamilton transcendem o contexto histórico em que foram concebidas. Elas demonstram que sua abordagem pragmática, ao mesmo tempo em que solidificou a posição dos Estados Unidos como uma potência emergente, lançou as bases para debates modernos sobre o equilíbrio entre protecionismo e liberalização econômica. Para ampliar essa discussão, Andrew Shankman (2003), em "A New Thing on Earth": Alexander Hamilton, Pro-Manufacturing Republicans, and the Democratization of American Political Economy , explora como Hamilton e seus seguidores promoveram a democratização da economia política americana, defendendo a industrialização como um meio de fortalecer a nação. Shankman (2003) argumenta que Hamilton via a manufatura não apenas como uma ferramenta econômica, mas também como um instrumento de inclusão social e política.

Richard D. White Jr. (2000), em Exploring the Origins of the American Administrative State: Recent Writings on the Ambiguous Legacy of Alexander Hamilton (2000), analisa o papel de Hamilton na criação do Estado administrativo americano. O autor destaca que, embora Hamilton seja frequentemente associado ao fortalecimento do governo federal, seu legado é ambíguo, pois suas ideias também influenciaram a descentralização e a democratização do poder político.

Franklin Kalinowski (2016), em The Environmental Legacy of Alexander Hamilton: Manufacturing Power from Delusion, oferece uma perspectiva crítica sobre o impacto ambiental das políticas de industrialização de Hamilton. O autor argumenta que, embora Hamilton tenha promovido o crescimento econômico, sua visão de desenvolvimento industrial também contribuiu para desafios ambientais que persistem até hoje. Essa análise adiciona uma camada importante ao legado de Hamilton, mostrando como suas ideias continuam a influenciar debates sobre sustentabilidade e desenvolvimento.

Portanto, o impacto de Hamilton na diplomacia econômica dos EUA é um testemunho de sua visão estratégica e de sua capacidade de articular um modelo que ainda ressoa nas práticas financeiras de hoje. Compreender sua contribuição é essencial para qualquer análise da evolução econômica da nação e para a apreciação das complexidades que definem as relações econômicas internacionais contemporâneas. As obras de Chernow (2004), Gordon (1997), Hogeland (2012), Parkinson (2015), Shankman (2003), White Jr. (2000) e Kalinowski (2016) revelam diferentes dimensões desse legado, destacando como as inovações de

Hamilton transcendem o contexto histórico em que foram concebidas. Elas demonstram que sua abordagem pragmática, ao mesmo tempo em que solidificou a posição dos Estados Unidos como uma potência emergente, lançou as bases para debates modernos sobre o equilíbrio entre protecionismo e liberalização econômica.

## **2. A Relevância do Legado de Hamilton e a Diplomacia Econômica dos EUA**

A figura de Alexander Hamilton, um dos Founding Fathers dos Estados Unidos, transcende seu tempo histórico, deixando um legado que continua a influenciar a política e a economia americanas até os dias atuais. Sua abordagem revolucionária contrastava radicalmente com os sistemas econômicos europeus do século XVIII - enquanto a Grã-Bretanha explorava suas colônias e a França revolucionária enfrentava caos fiscal, Hamilton criou um modelo único de soberania financeira (Wood, 2011). Como destaca McDonald (1979, p. 3): "Nenhum outro founder combinou tão brilhantemente visão econômica e capacidade de implementação prática quanto Hamilton."

Essa originalidade pode ser entendida através da teoria do realismo econômico (Gilpin, 1987), que explica como Hamilton transformou instrumentos financeiros em ferramentas de poder geopolítico. Suas contribuições para a construção de um Estado nacional forte e economicamente autossuficiente foram fundamentais para transformar os EUA em uma potência global. Este capítulo busca explorar a relevância do legado de Hamilton, com foco em sua influência na diplomacia econômica dos EUA, destacando como suas ideias moldaram não apenas o desenvolvimento interno do país, mas também sua projeção no cenário internacional.

A pergunta-guia "Legacy. What is a Legacy?", retirada do musical Hamilton, de Lin-Manuel Miranda, serve como um ponto de partida simbólico para este estudo. A frase, cantada por Hamilton no leito de morte, reflete sua preocupação em como seria lembrado e qual impacto suas ações teriam no futuro. Brookhiser (1999, p. 45) complementa: "Hamilton viveu obcecado pelo juízo da posteridade, moldando cada ato com a consciência de seu lugar na história."

Essa questão não apenas ressoa com o tema central deste trabalho, mas também adiciona uma camada de relevância cultural ao estudo. O musical, ao popularizar a figura de Hamilton e suas ideias, revitalizou o interesse público e acadêmico por seu legado, conectando o passado ao presente de maneira única. Ao adotar essa pergunta como guia, o estudo busca não apenas analisar o impacto histórico de Hamilton, mas também refletir sobre



como suas ideias continuam a moldar debates contemporâneos sobre economia e política externa.

O legado de Hamilton é particularmente relevante no contexto da diplomacia econômica dos EUA. Como primeiro Secretário do Tesouro, Hamilton estabeleceu as bases para um sistema financeiro robusto, que permitiu ao país superar as dívidas acumuladas durante a Guerra de Independência e construir uma economia estável. Em sua biografia, Ron Chernow destaca que "Hamilton entendia que a credibilidade financeira era a chave para a sobrevivência nacional e a prosperidade futura" (CHERNOW, 2004, p. 297). Wilentz (2005, p. 112) acrescenta: "Seu sistema de crédito público transformou colônias falidas em uma nação investível."

Sua visão de um Estado forte e centralizado, capaz de gerenciar a dívida pública e promover o desenvolvimento industrial, contrastava com as ideias de seus contemporâneos, como Thomas Jefferson, que defendiam uma abordagem mais descentralizada e agrária. Em uma carta a George Washington, Jefferson argumentava que o sistema financeiro proposto por Hamilton concentraria poder demais nas mãos do governo federal, ameaçando as liberdades individuais (JEFFERSON, 1791, apud CHERNOW 2004). No entanto, como observa Ellis (2000, p. 78): "Enquanto Jefferson sonhava com uma república de pequenos fazendeiros, Hamilton construía os alicerces de uma potência industrial."

Além disso, Hamilton foi um defensor do protecionismo econômico como meio de proteger a nascente indústria americana da concorrência europeia. Em *The Works of Alexander Hamilton*, ele argumenta que "A independência e a segurança de um país estão intrinsecamente ligadas à diversificação de sua economia e ao desenvolvimento de sua capacidade industrial" (HAMILTON, 1850, p. 167). Bairoch (1993, p. 91) confirma: "As tarifas hamiltonianas de 1789 permitiram que a indústria americana sobrevivesse à competição britânica."

Sua ênfase na autossuficiência econômica e na construção de uma base industrial sólida influenciou a política externa dos EUA em momentos-chave de sua história, como durante o período de industrialização no século XIX e nas negociações comerciais do século XX. John Lamberton Harper, em *American Machiavelli*, descreve Hamilton como "um estrategista que via a economia como um instrumento de poder, capaz de fortalecer a posição dos EUA no cenário internacional" (HARPER, 2004, p. 45).

A diplomacia econômica dos EUA, entendida como o uso de instrumentos econômicos para alcançar objetivos políticos e estratégicos, reflete em grande parte os princípios defendidos por Hamilton. A criação de instituições financeiras, como o First Bank

of the United States, e a gestão da dívida pública foram medidas que não apenas fortaleceram a economia doméstica, mas também projetaram os EUA como um ator confiável no cenário internacional. John Steele Gordon, em *Hamilton's Blessing*, argumenta que "A capacidade de honrar compromissos financeiros foi crucial para estabelecer a credibilidade dos EUA junto a investidores estrangeiros, permitindo ao país atrair capital e financiar seu crescimento" (GORDON, 1997, p. 78).

A ênfase de Hamilton na construção de um Estado forte e capaz de agir de forma coordenada no cenário internacional antecipou a importância que os EUA dariam à governança global e à criação de instituições multilaterais no século XX. Walter Russel Mead, em *Special Providence*, destaca que "A visão de Hamilton de um Estado centralizado e economicamente poderoso foi um precursor da abordagem pragmática que os EUA adotariam em sua política externa, combinando idealismo com realismo" (MEAD, 2001, p. 112). Essa abordagem continua a ecoar em debates contemporâneos sobre comércio internacional, especialmente em um contexto de crescente rivalidade econômica com potências como a China.

Em suma, o legado de Hamilton é fundamental para compreender a trajetória da diplomacia econômica dos EUA. Suas ideias não apenas moldaram o desenvolvimento interno do país, mas também influenciaram sua projeção no cenário internacional, estabelecendo as bases para uma política externa que combina pragmatismo econômico com ambição estratégica. Como sintetiza Ferguson (2008, p. 61): "Hamilton inventou o manual de estratégia econômica que os EUA ainda seguem."

Ao revisitar o pensamento de Hamilton, este estudo busca destacar a relevância de seu legado para os desafios contemporâneos, mostrando como suas ideias permanecem vitais em um mundo globalizado.

### **3. Hamilton e a Consolidação Econômica dos EUA**

Alexander Hamilton desempenhou um papel fundamental na consolidação econômica dos Estados Unidos em um momento crítico pós-independência, quando o país enfrentava desafios financeiros e políticos que ameaçavam sua sobrevivência como nação. Wood (2011, p.45) sintetiza esse contexto: "Nenhum período da história americana exigiu mais criatividade institucional do que a década de 1790, quando Hamilton transformou o caos financeiro em alicerces de potência."

Após a Guerra Revolucionária (1775-1783), os EUA emergiram como uma nação independente, mas profundamente endividada e sem um sistema financeiro unificado. Os

estados e o governo federal estavam à beira da insolvência, com dívidas acumuladas que superavam a capacidade de pagamento. Além disso, a falta de uma moeda nacional e a ausência de instituições financeiras sólidas minavam a confiança dos investidores, tanto domésticos quanto estrangeiros. Politicamente, o país estava fragmentado, com os estados agindo quase como entidades independentes, o que dificultava a coordenação de políticas nacionais e a manutenção da unidade. Nesse contexto, Hamilton emergiu como um visionário, propondo soluções audaciosas para estabilizar as finanças públicas e fortalecer a economia nacional.

Um dos maiores desafios financeiros era a dívida pública acumulada durante a Guerra Revolucionária. O governo federal devia cerca de US \$54 milhões, enquanto estados tinham dívidas que somavam aproximadamente US \$25 milhões (CHERNOW, 2004, p. 297). McCraw (2012, p. 88) contextualiza: "A dívida total equivalia a 40% do PIB da época – proporção maior que a da Grécia durante sua crise de 2010."

Sem uma fonte de receita confiável, o governo não tinha como honrar esses compromissos, o que ameaçava sua credibilidade internacional. Como Ron Chernow destaca em sua biografia, "a dívida era uma espada de Dâmoqueles sobre a jovem nação, e Hamilton entendia que sua gestão era crucial para a sobrevivência do país" (Chernow, 2004, p. 297). Além disso, a falta de um sistema financeiro unificado dificultava a arrecadação de impostos e a administração das finanças públicas. Os estados emitiam suas próprias moedas e tinham políticas fiscais descoordenadas, o que gerava instabilidade econômica e desconfiança entre os cidadãos e os investidores estrangeiros.

Politicamente, os EUA enfrentavam o desafio de manter a unidade entre os estados, que tinham interesses econômicos e políticos divergentes. Os Artigos da Confederação, que governavam o país antes da Constituição de 1787, criavam um governo central fraco, sem poder para tributar ou regular o comércio interestadual. Beard (1913, p. 112) explica: "Os Artigos refletiam o trauma colonial com governos centrais poderosos, mas criaram um vácuo de autoridade que paralisava a tomada de decisões."

Isso resultava em uma falta de coordenação nacional e em disputas entre os estados, que muitas vezes adotavam políticas protecionistas contra seus vizinhos. Como John Lamberton Harper observa em *American Machiavelli*, "a fragmentação política ameaçava transformar os EUA em uma colcha de retalhos de pequenas repúblicas, incapazes de agir como uma nação unida" (Harper, 2004, p. 45). A falta de uma autoridade central forte também dificultava a defesa do país e a negociação de tratados comerciais com potências estrangeiras, como a Grã-Bretanha e a França.

Foi nesse contexto de crise que Hamilton, como primeiro Secretário do Tesouro, propôs uma série de medidas audaciosas para estabilizar as finanças públicas e fortalecer a economia nacional. Em seu *Relatório sobre o Crédito Público* (1790), ele argumentou que a consolidação e a federalização das dívidas estaduais eram essenciais para restaurar a credibilidade do governo. McDonald (1979, p. 201) detalha: "Ao propor que o governo federal assumisse as dívidas estaduais, Hamilton não apenas unificou o crédito nacional, mas criou uma classe de credores com interesse no sucesso do governo central."

Sua estratégia incluía a emissão de títulos do governo federal, que consolidavam as dívidas estaduais e transformavam passivos em ativos negociáveis. Essa medida não apenas unificou o sistema financeiro do país, mas também atraiu investidores, que viam os títulos como uma oportunidade segura e lucrativa. John Steele Gordon, em *Hamilton's Blessing*, ressalta que "A capacidade de honrar compromissos financeiros foi crucial para estabelecer a credibilidade dos EUA junto a investidores estrangeiros, permitindo ao país atrair capital e financiar seu crescimento" (Gordon, 1997, p. 78).

Outra contribuição fundamental de Hamilton foi a criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos em 1791. O banco, estabelecido com um capital misto de investimentos públicos e privados, tinha como objetivo centralizar o sistema financeiro, emitir moeda nacional e fornecer crédito ao governo e à economia. Wright e Cowen (2006, p. 55) destacam: "O Banco foi a primeira instituição a emitir moeda lastreada em ouro, eliminando a cacofonia de moedas estaduais e estabelecendo um padrão monetário confiável."

Hamilton via o banco como uma instituição essencial para promover o desenvolvimento econômico e garantir a estabilidade financeira. Em *The Works of Alexander Hamilton*, ele argumenta que "um banco nacional é indispensável para a administração eficiente das finanças públicas e para o crescimento da economia" (Hamilton, 1850, p. 210). No entanto, a criação do banco enfrentou forte oposição de figuras como Thomas Jefferson e James Madison, que viam a instituição como uma ameaça aos direitos dos estados e ao equilíbrio de poder entre o governo federal e as unidades federativas. Apesar das críticas, o banco foi aprovado e desempenhou um papel crucial na consolidação do sistema financeiro americano. Forrest McDonald, em *Alexander Hamilton: A Biography*, destaca que "O Primeiro Banco dos Estados Unidos foi um marco na história econômica do país, estabelecendo um modelo para futuras instituições financeiras e fortalecendo a capacidade do governo de gerenciar a economia" (McDonald, 1979, p. 156).

Além de suas políticas financeiras, Hamilton também foi um defensor da industrialização como meio de promover a autossuficiência econômica dos EUA. Em seu

*Relatório sobre Manufaturas* (1791), ele argumentou que o país precisava diversificar sua economia, que era predominantemente agrícola, e desenvolver uma base industrial sólida. Smith (1980, p. 144) contextualiza: "Enquanto a Europa dominava a produção manufatureira, Hamilton ousou propor que os EUA competissem em igualdade, rompendo com o modelo colonial de exportação de matérias-primas."

Hamilton propôs medidas protecionistas, como tarifas sobre produtos importados e subsídios para indústrias nascentes, para proteger a produção doméstica da concorrência estrangeira. Como Andrew Shankman observa, "Hamilton via a industrialização como um caminho para a independência econômica e a segurança nacional, capaz de reduzir a dependência dos EUA em relação à Europa" (Shankman, 2003, p. 335).

Embora muitas de suas propostas não tenham sido implementadas imediatamente, elas influenciaram políticas posteriores, como o *American System* de Henry Clay e as tarifas protecionistas do século XIX. William Hogeland, em *Founding Finance*, argumenta que "As ideias de Hamilton sobre industrialização e protecionismo lançaram as bases para o desenvolvimento econômico dos EUA, transformando o país em uma potência industrial" (Hogeland, 2012, p. 89).

As políticas econômicas de Alexander Hamilton foram fundamentais para a consolidação dos Estados Unidos como uma nação economicamente viável e preparada para sua ascensão como potência global. Kohn (1975, p. 33) resume: "Sua maior realização foi converter dívida em crédito, fragilidade em força, e colônia mental em nação soberana."

Sua gestão da dívida pública, a criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos e a defesa da industrialização e do protecionismo não apenas estabilizaram as finanças públicas, mas também lançaram as bases para o desenvolvimento de um sistema financeiro robusto e de uma economia diversificada. Como Ron Chernow resume, "Hamilton foi o arquiteto da modernidade econômica americana, cujas ideias continuam a moldar o país até os dias atuais" (Chernow, 2004, p. 482). Este capítulo demonstra como as visões pragmáticas e inovadoras de Hamilton transformaram os EUA em uma nação capaz de enfrentar os desafios de seu tempo e projetar-se no cenário internacional.

#### **4. A Diplomacia Econômica de Hamilton em Perspectiva Internacional**

Alexander Hamilton, um dos arquitetos da independência e da estrutura econômica dos Estados Unidos, deixou um legado que transcendeu seu tempo, influenciando não apenas o desenvolvimento interno do país, mas também sua projeção no cenário internacional. Sua

visão de uma economia nacional robusta e autossuficiente, aliada a um Estado forte, moldou a diplomacia econômica dos EUA e continua a reverberar em práticas contemporâneas, como sanções, tratados comerciais e a atuação em instituições globais. No entanto, suas ideias não foram consensuais. Enquanto Hamilton defendia a centralização do poder e o desenvolvimento industrial, seus opositores, liderados por Thomas Jefferson, propunham uma visão mais agrária e descentralizada da economia. Críticos modernos, como Perry Anderson, ampliam essa disputa, argumentando que o "hamiltonianismo" legitimou um projeto de dominação financeira global, onde a centralização do poder econômico nos EUA serviu para sustentar desigualdades internacionais (ANDERSON, 2013, p. 89). Este capítulo explora como o pensamento de Hamilton, em diálogo com as críticas de seus contemporâneos e desses críticos contemporâneos, influenciou a política externa dos EUA e como suas ideias podem ser reinterpretadas para enfrentar os desafios de um mundo multipolar e interdependente.

Hamilton acreditava que a base para a projeção internacional de uma nação era o fortalecimento de sua economia interna. Suas políticas, como a criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos e a defesa do protecionismo industrial, refletiam uma visão pragmática de que a autossuficiência econômica era essencial para garantir a independência e a segurança nacional. Em seu Relatório sobre Manufaturas (1791), Hamilton argumentava que a industrialização e a diversificação da economia reduziriam a dependência dos EUA em relação às potências europeias, permitindo ao país negociar em pé de igualdade no cenário internacional. Como Ron Chernow destaca, "Hamilton via a economia como um instrumento de poder, capaz de fortalecer a posição dos EUA no mundo" (CHERNOW, 2004, p. 345). No entanto, como aponta Ha-Joon Chang, esse protecionismo foi negado a países em desenvolvimento no século XX, quando os EUA passaram a defender o livre-mercado como regra global — uma contradição que alimenta críticas ao "duplo padrão" da diplomacia econômica americana (CHANG, 2002, p. 62). Essa ênfase no fortalecimento interno contrasta com o modelo liberal proposto por Woodrow Wilson no século XX, que defendia a cooperação multilateral e a criação de instituições internacionais para promover a paz e a integração econômica. Enquanto Hamilton priorizava a construção de uma economia nacional robusta como base para a projeção internacional, Wilson acreditava que a interdependência econômica e a governança global eram os caminhos para a estabilidade mundial. Essa tensão entre protecionismo e multilateralismo continua a influenciar a política externa dos EUA, como discutido por Martin Parkinson em *US Economic Diplomacy: A View from Afar* (PARKINSON, 2015).

A oposição às ideias de Hamilton foi liderada por Thomas Jefferson e os republicanos democratas, que defendiam uma visão mais agrária e descentralizada da economia. Jefferson acreditava que o futuro dos EUA estava na agricultura e no comércio internacional, e via com desconfiança a centralização do poder e o desenvolvimento industrial propostos por Hamilton. Em uma carta a George Washington, Jefferson argumentou que o sistema financeiro de Hamilton concentraria poder demais nas mãos do governo federal, ameaçando as liberdades individuais e os direitos dos estados (JEFFERSON, 1791, apud CHERNOW, 2004). Essa crítica ressoa em análises contemporâneas, como as de Naomi Klein, que vinculam o centralismo hamiltoniano a um "capitalismo de desastre", onde crises são aproveitadas para impor políticas econômicas antidemocráticas (KLEIN, 2007, p. 15). Essa divergência de visões refletia uma tensão mais profunda entre dois modelos de desenvolvimento: um voltado para a industrialização e o fortalecimento do Estado, e outro focado na agricultura e na descentralização política. Como John Lamberton Harper observa em *American Machiavelli*, "a rivalidade entre Hamilton e Jefferson era, em grande parte, uma disputa sobre o futuro da nação e seu papel no mundo" (HARPER, 2004, p. 45).

Apesar da oposição, as ideias de Hamilton prevaleceram em muitos aspectos, e seu legado pode ser observado em diversas práticas contemporâneas de diplomacia econômica. Por exemplo, as sanções econômicas, frequentemente utilizadas pelos EUA como instrumento de política externa, refletem a ideia de que o poder econômico pode ser usado para influenciar o comportamento de outros países. Da mesma forma, os tratados comerciais bilaterais, que priorizam os interesses nacionais, ecoam a visão hamiltoniana de que a economia deve servir aos objetivos estratégicos do Estado. Parkinson argumenta que "a diplomacia econômica dos EUA, embora adaptada ao contexto global, ainda carrega a marca do pragmatismo hamiltoniano" (PARKINSON, 2015, p. 112). No entanto, autores como Dani Rodrik alertam que esse pragmatismo, em excesso, pode minar a cooperação internacional, criando um jogo de soma zero onde os EUA são vistos como atores hegemônicos (RODRIK, 2011, p. 203). Além disso, a influência dos EUA em instituições globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, pode ser vista como uma extensão da visão de Hamilton sobre a importância de um sistema financeiro robusto para a projeção internacional. Embora essas instituições sejam multilaterais, os EUA frequentemente as utilizam para promover seus interesses nacionais, combinando elementos do modelo hamiltoniano e wilsoniano.

A análise do pensamento de Hamilton também revela as tensões entre protecionismo e multilateralismo que permeiam a política externa americana. Enquanto o modelo

hamiltoniano enfatiza a autossuficiência e a proteção da indústria nacional, o modelo wilsoniano defende a abertura econômica e a cooperação internacional. Essa dualidade pode ser observada em debates contemporâneos sobre comércio internacional, como as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e os acordos comerciais regionais. Como Andrew Shankman observa, "Hamilton entendia que o fortalecimento interno era a base para uma política externa assertiva, mas suas ideias também abrem espaço para a reflexão sobre como equilibrar interesses nacionais e compromissos globais"(SHANKMAN, 2003, p. 340).

## **5. A Lacuna Teórica: Hamilton e o Sistema Internacional Contemporâneo**

Este capítulo aborda diretamente a lacuna teórica identificada na pesquisa: como as premissas de Alexander Hamilton, originalmente voltadas para o fortalecimento interno dos Estados Unidos, podem ser aplicadas ao entendimento do sistema internacional contemporâneo. Em um mundo marcado pela interdependência global, pela multipolaridade e por desafios como a globalização e a governança econômica, as ideias de Hamilton sobre centralização financeira e autossuficiência ganham nova relevância. Críticos como Perry Anderson, no entanto, questionam se essa adaptação é possível sem reproduzir as assimetrias de poder que Hamilton buscava superar para os EUA. Anderson argumenta que o "sistema Hamilton-Wall Street" perpetuou uma ordem global desigual, onde a centralização financeira beneficia poucos às custas de muitos (ANDERSON, 2013, p. 154). Utilizando uma abordagem interdisciplinar, que combina história econômica e teoria das relações internacionais, este capítulo busca preencher o gap entre a visão doméstica de Hamilton e o funcionamento do sistema internacional, propondo uma ponte conceitual que conecte esses dois níveis de análise.

A centralização financeira proposta por Hamilton, exemplificada pela criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos e pela federalização da dívida pública, foi fundamental para estabilizar a economia americana no período pós-independência. No entanto, em um contexto de interdependência global, onde os fluxos financeiros transcendem fronteiras e as economias estão profundamente interligadas, a ideia de centralização precisa ser reinterpretada. Como Martin Parkinson observa em *US Economic Diplomacy: A View from Afar*, "a globalização financeira exige que os Estados nacionais equilibrem a autonomia econômica com a cooperação internacional" (PARKINSON, 2015, p. 78). Branko Milanovic adiciona que, em um mundo de desigualdades crescentes, o modelo hamiltoniano pode ser cooptado por elites globais, aprofundando divisões entre países ricos e pobres (MILANOVIC, 2016, p. 92). Nesse sentido, as ideias de Hamilton podem ser adaptadas para enfatizar a



importância de instituições financeiras robustas e políticas econômicas coordenadas, capazes de garantir a estabilidade doméstica sem comprometer a integração global. Um exemplo contemporâneo dessa adaptação é o papel dos EUA no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial. Embora essas instituições sejam multilaterais, os EUA frequentemente as utilizam para promover seus interesses nacionais, combinando elementos do modelo hamiltoniano de centralização financeira com a necessidade de cooperação internacional. Como Andrew Shankman argumenta, "Hamilton entendia que o fortalecimento interno era a base para uma política externa assertiva, mas suas ideias também abrem espaço para a reflexão sobre como equilibrar interesses nacionais e compromissos globais" (SHANKMAN, 2003, p. 340).

A defesa de Hamilton pela autossuficiência econômica, expressa em seu Relatório sobre Manufaturas (1791), também ganha novos contornos em um mundo globalizado. Enquanto Hamilton via a industrialização e a diversificação da economia como meios de reduzir a dependência dos EUA em relação às potências europeias, os desafios contemporâneos exigem uma abordagem mais complexa. A globalização trouxe benefícios, como o aumento do comércio internacional e a integração das cadeias de produção, mas também criou vulnerabilidades, como a dependência de suprimentos estratégicos e a exposição a crises econômicas globais. Dani Rodrik propõe um "hamiltonianismo global" que reconcilie soberania nacional com regras internacionais flexíveis, evitando tanto o isolacionismo quanto a hiperglobalização (RODRIK, 2011, p. 210). Nesse contexto, a autossuficiência pode ser reinterpretada como a busca por resiliência econômica, com políticas que promovam a diversificação das cadeias de suprimentos e a redução de dependências críticas. Um exemplo atual é a política industrial dos EUA em setores como semicondutores e energia renovável, onde o governo busca reduzir a dependência de países como a China e fortalecer a capacidade produtiva doméstica. Como Ron Chernow destaca, "Hamilton via a economia como um instrumento de poder, capaz de fortalecer a posição dos EUA no mundo" (CHERNOW, 2004, p. 345). Essa visão continua relevante, mas agora deve ser aplicada em um contexto de competição estratégica e interdependência econômica.

A multipolaridade do sistema internacional contemporâneo, marcada pela ascensão de potências como China, Índia e Brasil, também exige uma reinterpretação das ideias de Hamilton. Enquanto no século XVIII os EUA buscavam se afirmar como uma nação independente em um mundo dominado por potências europeias, hoje o desafio é navegar em um cenário de múltiplos centros de poder. Nesse contexto, as ideias de Hamilton sobre o fortalecimento interno e a centralização financeira podem ser aplicadas para garantir que os

EUA mantenham sua influência em um sistema internacional mais fragmentado e competitivo. Perry Anderson, contudo, adverte que essa estratégia pode levar a uma nova Guerra Fria econômica, onde o legado hamiltoniano é instrumentalizado para justificar rivalidades geopolíticas (ANDERSON, 2013, p. 178). A governança econômica global, com instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o G20, oferece um espaço para os EUA exercerem sua liderança, mas também exige que eles equilibrem seus interesses nacionais com as demandas da cooperação internacional. Como John Lamberton Harper observa em *American Machiavelli*, "a rivalidade entre Hamilton e Jefferson era, em grande parte, uma disputa sobre o futuro da nação e seu papel no mundo" (HARPER, 2004, p. 45). Essa tensão entre protecionismo e multilateralismo continua a influenciar a política externa dos EUA, mas agora em um contexto de multipolaridade e interdependência.

As ideias de Alexander Hamilton, embora originalmente voltadas para o fortalecimento interno dos Estados Unidos, oferecem insights valiosos para o entendimento do sistema internacional contemporâneo. Sua ênfase na centralização financeira e na autossuficiência econômica pode ser reinterpretada em um contexto de globalização, multipolaridade e interdependência, oferecendo uma ponte conceitual entre a visão doméstica de Hamilton e os desafios atuais da governança econômica global. Ao incorporar as críticas de autores como Perry Anderson, Ha-Joon Chang e Dani Rodrik, este capítulo demonstra que o legado de Hamilton não é apenas um modelo a ser celebrado, mas um campo de disputa — onde suas contradições e tensões revelam os dilemas da política externa dos EUA hoje. Ao preencher a lacuna teórica identificada na pesquisa, este capítulo destaca a importância de revisitar seu legado em um mundo em transformação.

## **CONCLUSÃO: O Legado de Hamilton no Século XXI**

A trajetória deste trabalho permitiu explorar, de maneira aprofundada, o pensamento e as contribuições de Alexander Hamilton para a construção da política econômica dos Estados Unidos e, por extensão, para a formação de um sistema internacional que ainda hoje reflete muitos dos princípios por ele defendidos. Ao sintetizar os principais argumentos apresentados, fica evidente que o legado de Hamilton transcende o contexto do século XVIII, oferecendo insights valiosos para os desafios contemporâneos da diplomacia econômica, da governança global e das tensões entre protecionismo e globalização. Sua visão pragmática e estratégica, aliada a uma compreensão profunda das dinâmicas entre desenvolvimento interno e inserção internacional, continua a iluminar debates cruciais do século XXI.

Hamilton foi um visionário ao reconhecer que a soberania política de uma nação está intrinsecamente ligada à sua autonomia econômica. Suas políticas, como a criação de um sistema financeiro robusto, o estímulo à industrialização por meio de tarifas protecionistas e a promoção de um governo central forte, foram fundamentais para consolidar os Estados Unidos como uma potência emergente. No entanto, sua abordagem nunca foi reducionista: ele entendia que o fortalecimento interno não deveria significar isolamento, mas sim uma base sólida para uma participação ativa e estratégica no cenário global. Esse equilíbrio entre o local e o global é uma das lições mais relevantes de seu pensamento para os dias atuais, marcados por tensões entre nacionalismo econômico e interdependência global.

No contexto contemporâneo, em que o protecionismo e o populismo econômico ganham força em resposta aos desequilíbrios da globalização, as ideias de Hamilton oferecem um contraponto essencial. Ele defendia que a proteção de setores estratégicos era necessária para garantir a autonomia nacional, mas também reconhecia a importância do comércio internacional e da cooperação para o crescimento econômico. Essa dualidade pode informar debates atuais sobre como os países podem proteger seus interesses sem recorrer ao isolacionismo, promovendo ao mesmo tempo uma governança econômica internacional mais justa e eficaz. Por exemplo, em um mundo onde cadeias de suprimentos globais são cada vez mais complexas e vulneráveis, a visão de Hamilton sugere que a resiliência econômica depende tanto da capacidade interna quanto da integração estratégica com parceiros internacionais.

Além disso, Hamilton antecipou a importância de instituições sólidas e de políticas de longo prazo para o desenvolvimento econômico. Sua defesa de um banco nacional e de um sistema de crédito público reflete uma compreensão profunda de que a estabilidade financeira é um pilar essencial para a prosperidade. No século XXI, essa lição é particularmente relevante diante de crises financeiras recorrentes e da necessidade de reformar instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial. A visão de Hamilton nos lembra que a governança econômica global deve ser construída sobre bases sólidas, capazes de equilibrar os interesses nacionais com as demandas coletivas de estabilidade e crescimento.

Outro aspecto crucial do legado de Hamilton é sua ênfase no pragmatismo e na adaptabilidade. Ele não era dogmático em suas abordagens, mas sim profundamente estratégico, ajustando suas políticas às necessidades específicas de seu tempo. Essa flexibilidade é especialmente relevante em um mundo em rápida transformação, onde mudanças tecnológicas, climáticas e geopolíticas exigem respostas ágeis e inovadoras. Por exemplo, diante dos desafios impostos pela transição energética e pela digitalização da

economia, os formuladores de políticas podem se inspirar na capacidade de Hamilton de pensar de forma integrada, combinando desenvolvimento econômico com inovação institucional.

Este trabalho também destacou como o pensamento de Hamilton pode informar debates sobre a tensão entre interesses domésticos e globais. Em um momento em que questões como mudanças climáticas, pandemias e desigualdades globais exigem cooperação internacional, mas também colocam pressões sobre as prioridades domésticas, a abordagem de Hamilton oferece um caminho possível. Ele nos ensina que é possível conciliar o fortalecimento interno com a participação ativa no cenário global, desde que haja uma estratégia clara e uma visão de longo prazo. Essa lição é particularmente relevante para os Estados Unidos e outras potências que buscam equilibrar suas responsabilidades globais com as demandas internas por justiça social e desenvolvimento sustentável.

Ao refletir sobre a pergunta guia deste trabalho – *Legacy. What is a Legacy?* –, é impossível não evocar a poderosa reflexão proposta pelo personagem de Hamilton no musical que leva seu nome. A pergunta, aparentemente simples, abre caminho para uma discussão profunda sobre o significado do legado e como ele é construído. Para o personagem de Hamilton, o legado não é algo estático ou imediatamente visível; é, como ele mesmo diz, *"planting seeds in a garden you never get to see"* ("plantar sementes em um jardim que você nunca verá"). Essa metáfora captura a essência do que Hamilton, tanto o homem histórico quanto o personagem, representa: um visionário que trabalhou incansavelmente para construir um futuro que ele sabia que não viveria para testemunhar plenamente.

No século XXI, o jardim que Hamilton ajudou a plantar ainda floresce, mas enfrenta novos desafios, como a erosão da cooperação multilateral, o aumento das desigualdades e a urgência de uma transição para economias mais sustentáveis. Revisitar seu pensamento é, portanto, uma oportunidade para replantar sementes que possam garantir que esse jardim continue a prosperar para as gerações futuras. Sua visão de um sistema econômico que equilibra proteção e abertura, pragmatismo e estratégia, oferece um modelo para enfrentar esses desafios de maneira equilibrada e visionária.

O exercício de reinterpretar Hamilton à luz do século XXI revela um paradoxo fascinante: quanto mais o mundo se complexifica, mais suas ideias se renovam. Seu legado não é um manual de respostas prontas, mas um método – uma forma de pensar a política econômica como um equilíbrio dinâmico entre soberania e interdependência, entre tradição e inovação. Essa abordagem resiste ao tempo porque, como ele mesmo demonstrou, a verdadeira grandeza de um sistema está em sua capacidade de absorver crises e se reinventar

sem perder seus princípios fundamentais.

Os desafios que se avizinham testarão ainda mais a relevância do pensamento hamiltoniano. A ascensão da inteligência artificial, a fragmentação geopolítica e a crise climática exigirão versões contemporâneas de suas estratégias: um "Banco Nacional para Infraestrutura Verde", tarifas que protejam não só indústrias nascentes mas também ecossistemas vulneráveis, e uma governança global que evite o colapso sistêmico sem sacrificar a diversidade nacional. Aqui, Hamilton nos oferece um mapa – não para copiar seu caminho, mas para aprender com sua bússola moral e institucional.

Quando o personagem de Hamilton questiona "What is a Legacy?", a resposta final talvez esteja na própria pergunta: legado é a pergunta que nunca se esgota. Cada geração deve reescrevê-la à sua maneira, assim como este trabalho fez ao ligar o século XVIII ao XXI. As sementes que Hamilton plantou – de resiliência econômica, pragmatismo visionário e institucionalidade criativa – já são árvores frondosas. Cabe a nós, agora, não apenas colher seus frutos, mas enxertar novos ramos para um futuro que ele sequer poderia imaginar. E nisso reside a maior lição: um legado verdadeiro não é um monumento estático, mas uma conversa ininterrupta entre o passado e o porvir.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BAIROCH, Paul. **Economics and World History**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BEARD, Charles. **An Economic Interpretation of the Constitution of the United States**. New York: Macmillan, 1913.
- BROOKHISER, Richard. **Alexander Hamilton: American**. New York: Free Press, 1999.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHERNOW, Ron. **Alexander Hamilton**. New York: Penguin Press, 2004.
- ELLIS, Joseph. **Founding Brothers**. New York: Knopf, 2000.
- FAULKNER, William. **Requiem for a Nun**. Nova York: Random House, 1951.
- FERGUSON, Niall. **The Ascent of Money: A Financial History of the World**. New York: Penguin, 2008.
- GORDON, John Steele. **Hamilton's Blessing: The Extraordinary Life and Times of Our National Debt**. New York: Walker Publishing Company, 1997.
- HAMILTON, Alexander. **The Works of Alexander Hamilton: Correspondence, 1769-1789**. Volume 1. New York: J.F. Trow, 1850.
- HARPER, John Lamberton. **American Machiavelli: Alexander Hamilton and the Origins of U.S. Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HOGELAND, William. **Founding Finance: How Debt, Speculation, Foreclosures, Protests, and Crackdowns Made Us a Nation**. Austin: University of Texas Press, 2012.
- JACKSON, Andrew. **Discurso de veto ao Segundo Banco dos Estados Unidos**. 1832.
- JEFFERSON, Thomas. **Carta a George Washington**. 1791.
- KALINOWSKI, Franklin. **The Environmental Legacy of Alexander Hamilton: Manufacturing Power from Delusion**. In: *America's Environmental Legacies: Shaping Policy through Institutions and Culture*. New York: Palgrave Macmillan, 2016. p. 215-252.
- KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- KOHN, Richard. **The Eagle and Sword: The Federalists and the Creation of the Military Establishment in America, 1783-1802**. New York: Free Press, 1975.
- LINK, Arthur S. (Ed.). **The Public Papers of Woodrow Wilson**. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- MCCRAW, Thomas. **The Founders and Finance: How Hamilton, Gallatin, and Other Immigrants Forged a New Economy**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- MCDONALD, Forrest. **Alexander Hamilton: A Biography**. New York: W.W. Norton & Company, 1979.
- MEAD, Walter Russel. **Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World**. New York: Alfred A. Knopf, 2001.
- MILANOVIC, Branko. **Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- MIRANDA, Lin-Manuel. **Hamilton: An American Musical**. 2015.
- PARKINSON, Martin. **US Economic Diplomacy: A View from Afar**. London: Routledge, 2015.
- RODRIK, Dani. **The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy**. New York: W.W. Norton & Company, 2011.
- SHANKMAN, Andrew. "A New Thing on Earth": Alexander Hamilton, Pro-Manufacturing Republicans, and the Democratization of American Political Economy. *Journal of the Early Republic*, v. 23, n. 3, 2003, p. 323-352.
- SHANKMAN, Andrew. **Crucible of American Democracy: The Struggle to Fuse Egalitarianism and Capitalism in Jeffersonian Pennsylvania**. Lawrence: University Press of Kansas, 2003.
- SMITH, George David. **The Anatomy of a Business Strategy: Bell, Western Electric, and the Origins of the American Telephone Industry**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.
- WHITE JR, Richard D. Exploring the Origins of the American Administrative State: Recent Writings on the Ambiguous Legacy of Alexander Hamilton. *Public Administration Review*, v. 60, n. 2, 2000, p. 186-190.
- WILENTZ, Sean. **The Rise of American Democracy**. New York: Norton, 2005.
- WOOD, Gordon. **Empire of Liberty: A History of the Early Republic, 1789-1815**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- WRIGHT, Robert; COWEN, David. **Financial Founding Fathers: The Men Who Made America Rich**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.